

Colégio  
M0001Sala  
0001Ordem  
0001

Maio/2026



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

## Concurso Público para Provimento de Vagas de Analista do Ministério Público – Especialidade: Desenvolvimento de Sistemas

Nome do Candidato \_\_\_\_\_  
Caderno de Prova '13', Tipo 004Nº de Inscrição \_\_\_\_\_  
MODELONº do Caderno \_\_\_\_\_  
TIPO-004Nº do Documento \_\_\_\_\_  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**PROVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Economia Verde implica uso racional dos recursos naturais e inclusão social.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

**Palavras de amor**

Os sentimentos funcionam como picadas de mosquito, que coçamos e recoçamos até que se tornem feridas infectadas e, às vezes, septicemias fatais. Salvo um exercício difícil de autocontrole, qualquer picada pode adquirir uma relevância desmedida. A gente tende a se coçar muito além da conta porque descobre nisso um prazer autônomo.

Por isso mesmo, em geral, não confio nos sentimentos: nem nos meus, nem nos dos outros. Não é que suponho que os humanos mintam quando amam, odeiam, ou se desesperam: nada disso. Apenas verifico que os sentimentos podem ser condições autoinduzidas, transtornos ou desvios produzidos pelos próprios indivíduos que, se não procuram sarna para se coçar (como diz o ditado), no mínimo adoram coçar as sarnas que têm.

Tomemos o exemplo do amor. Eu encontro, conheço ou vislumbro de longe uma pessoa que preenche algumas condições básicas para que eu goste dela. Sussurrando entre quatro paredes ou gritando em praça pública, anotando no meu diário ou escrevendo para grandes editoras, passo a encher o ar ou as páginas com as descrições da beleza inigualável da pessoa amada e com as declarações hiperbólicas do meu sentimento.

Claro, minha prosa ou minha poesia poderão, quem sabe, conquistar o meu objeto de amor, mas esse é um efeito colateral. O efeito mais importante de minhas palavras de amor não é tanto o de seduzir o objeto dos meus sonhos, mas o de eu me apaixonar cada vez mais. Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.

Em linguística chamamos **performativas** aquelas expressões que, ao serem proferidas, constituem o fato do qual elas falam. Exemplo clássico: um chefe de Estado dizendo "Declaro a guerra": essa frase é a própria declaração de guerra. Algo semelhante ocorre com o amor: a gente aprende a amar e a declarar o amor pelas palavras dos escritores, o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura. Sim, os tempos mudam, e talvez se afirme hoje, aos poucos, uma retórica nova, menos sentimental, capaz de dar valor literário a uma vida sem amores e paixões.

(Adaptado de CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025, p. 155-157)

1. A forma verbal no **plural** é rigorosamente justificável em:
  - (A) Costumam derivar das declarações de amor exagerados o efeito colateral da intensificação real de uma paixão.
  - (B) Atribuem-se à idealização da literatura os hábitos persistentes de uma declaração de amor romântica.
  - (C) A progressão das coceiras em picadas de mosquitos devem-se à nossa própria insistência em coçar.
  - (D) Não nos cabem tratar nossos sentimentos como picadas de mosquitos que tanto estimamos coçarem.
  - (E) Não satisfazem as condições básicas de um amor verdadeiro o talento natural de declará-lo com bom estilo.

---

2. No que diz respeito à intensidade dos nossos sentimentos, ocorre uma **relevância desmedida** quando
  - (A) eles identificam com exatidão a identidade dos sujeitos que passam a dominar.
  - (B) eles produzem efeitos colaterais que acabam por revelar suas falsas intenções.
  - (C) as palavras que os exprimem passam a corresponder à sua legítima natureza.
  - (D) eles são autoinduzidos a se alçarem a um patamar superior ao que lhes é próprio.
  - (E) nossas paixões mais íntimas afloram para alcançarem um êxtase real e insuperável.

---

3. Uma declaração de amor será considerada, linguisticamente, **performativa**,
  - (A) se seus efeitos afetivos secundários de súbito se tornarem seus efeitos principais.
  - (B) se seu desempenho estético se mostrar superior à intensidade real desse sentimento.
  - (C) no caso de o sujeito valer-se de um batido expediente verbal como "não tenho palavras".
  - (D) quando a literatura nos inspira para que nossas palavras soem como se fossem de amor.
  - (E) quando uma proposição verbal aciona a realização efetiva da paixão declarada.

---

4. *Pois a intensidade do meu amor será diretamente proporcional à insistência e à virulência das minhas declarações.* (4º parágrafo)

Uma compreensão adequada do que afirma o período acima está na seguinte formulação:

  - (A) À medida que sustento minha paixão, arrefeço o ardor de minhas declarações.
  - (B) Do meu amor desmedido brotam palavras que não lhe fazem inteira justiça.
  - (C) Meu amor se revela mais intenso quanto mais energizo a forma com que o declaro.
  - (D) Minhas declarações de amor derivam, por vezes, da intensidade do meu sentimento.
  - (E) Mais eu me apaixono, mais eu relativizo a virulência das minhas declarações.

---

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *virulência das minhas declarações* (4º parágrafo) = contaminação das confissões minhas.
  - (B) *à força de ser idealizado* (5º parágrafo) = mediante o peso de uma ideologia.
  - (C) *adquirir uma relevância desmedida* (1º parágrafo) = ganhar uma importância desmesurada.
  - (D) *podem ser condições autoinduzidas* (2º parágrafo) = se condicionem automaticamente.
  - (E) *declarações hiperbólicas do meu sentimento* (3º parágrafo) = laudos bizarros do meu afeto.



6. *o amor se torna relevante em nossa vida à força de ser idealizado pela literatura.*  
Sem prejuízo para o sentido do período acima, a oração sublinhada pode ser substituída por esta:
- (A) idealizando-se pelo confronto literário.  
(B) graças à idealização de sua literatura.  
(C) sendo forçoso que venha a idealizar a literatura.  
(D) por força da literatura por ele idealizado.  
(E) pela determinação da literatura que o idealiza.
- 
7. A expressão "procurar sarna para se coçar" constitui, em linguagem figurada, um sentido equivalente ao da expressão em linguagem denotativa:
- (A) "envolver-se num prazer desconhecido".  
(B) "deixar-se levar pela força do acaso".  
(C) "ir de encontro a um desafio inevitável".  
(D) "atrair para si um incômodo desnecessário".  
(E) "desfrutar de uma circunstância aleatória".
- 
8. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Há incômodos em cuja busca nos lançamos, por mais irracional que isso seja.  
(B) O ato de coçar uma picada de mosquito é uma operação para a qual se inclui algum prazer.  
(C) A tradição literária é um campo retórico em que recorrem os namorados românticos.  
(D) Os sentimentos mais intensos dos quais nos entregamos nem sempre são justificáveis.  
(E) Uma declaração de guerra começa com palavras aonde nelas já se corporifica a violência.

**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

#### Um inseto sentimental

*A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido...*

*No entanto, basta surgir um inseto para mudar toda a história: o movimento da mão é interrompido pelo intruso, que voa em círculos e zoa com insistência. Uma picada no pescoço ou no braço pode acabar com a alegria de escrever uma crônica, mesmo sabendo que vou reescrevê-la mais tarde. Deixo a caneta na mesa, pego ao acaso uma revista e tento afugentar o intruso. Não há mais silêncio, já me desconcentrou, apagou a ideia luminosa da crônica que nasceria.*

*Apago a lâmpada: talvez ele se acalme na penumbra. O voo lento pode ser uma trégua e, pensando bem, o inseto não é tão ameaçador assim. De repente, um voo rápido em espiral, e a três palmos ele se equilibra no ar, helicóptero perfeito. Uns segundos depois, navega na horizontal e se refugia numa caixa de papelão.*

*Acendo a lâmpada, me aproximo da caixa e vejo meu ex-inimigo no centro de uma fotografia antiga. Repousa no rosto de uma mulher ainda jovem, que sorri para a lente do fotógrafo. Pego com cuidado a foto, saio do quarto e o inseto some na tarde morna. Minha mãe me abraça numa manhã de 1960: nós dois aninhados no banco da praça da Matriz, aonde ela levava seu menino para ver o aviário e conversar com os pássaros. Devo essa lembrança ao inseto estranho e sentimental, que me roubou a ideia de uma crônica, mas me deu outra. Agora, quando já escurece, é pegar a caneta e escrever a primeira frase, quase sempre a mais difícil.*

(Adaptado de HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 11-12)

9. Entre os recursos da elaboração deste texto, pode-se afirmar que
- (A) a afirmação *a caneta fica mais leve e envereda para um lugar desconhecido* (1º parágrafo) constitui uma **personificação**.  
(B) a expressão *Agora (...) é pegar a caneta* (4º parágrafo) considera uma providência **hipotética** a ser tomada.  
(C) as expressões *rosto de uma mulher* e *seu menino* acabam por tornar **ambíguas** as identidades dessas personagens.  
(D) na oração *já me desconcentrou* (2º parágrafo) o termo que está subentendido como **sujeito** é "silêncio".  
(E) a hipótese manifesta em *pode ser uma trégua* é logo **contraditada** pela constatação *não é tão ameaçador assim* (3º parágrafo).
- 
10. A aparição de um inseto teve como consequência, para o cronista,
- (A) o acionamento de um dispositivo de memórias que ele preferia não mais reavivar.  
(B) uma relevância inimaginável, antes de ele poder retomar sua tarefa de escritor.  
(C) a conversão num outro gênero literário da crônica que estava pronto para escrever.  
(D) uma revolta que só fez crescer ao longo do tempo.  
(E) a oportunidade de praticar uma experimentação literária de caráter surrealista.



11. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:
- (A) A menos que sobrevinisse um sério imprevisto, toda manhã escrevo uma crônica.
  - (B) Deteram-se eles numa rigorosa análise do texto e suprimiram os equívocos.
  - (C) Se o inseto não tivesse intervindo eu não poderia ter escrito esta crônica.
  - (D) O editor não quererá acolher esta crônica se eu não revir os deslizes todos.
  - (E) Um simples inseto não constitui, como se viu, um obstáculo que não se transponha.
- 
12. A primeira frase da crônica é quase sempre a mais difícil, mas quando as palavras aparecem no papel, a mão que segura a caneta fica mais leve (...).
- No enunciado acima, o segmento sublinhado tem como equivalência de sentido
- (A) contudo se aparecem as palavras
  - (B) de sorte que as palavras aparecem
  - (C) muito embora apareçam as palavras
  - (D) desde que as palavras aparecem
  - (E) haja vista as palavras aparecerem
- 
13. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase
- (A) Tão logo passou a voar pela sala, o inseto teria revelado imagens que o autor deu como perdidas.
  - (B) Não fosse o inseto sentimental, o cronista terá podido escrever uma bela crônica, mas não esta a que desse forma.
  - (C) Ainda que não houvesse aquele transtorno, haveri de ter dificuldade com o início da crônica.
  - (D) O inseto tornava-se meu ex-inimigo à medida que ia desvendando coisas de que eu já me esquecera.
  - (E) Presume-se que cada escritor venha a encontrar em seu ofício desafios que não lograsse vencer.
- 
14. A supressão da vírgula altera sobremaneira o sentido da frase:
- (A) Com a passagem do tempo, deixei de considerá-lo um inimigo meu.
  - (B) Sempre estimei as crônicas, que nos fazem próximos da poesia do cotidiano.
  - (C) Desde que passei a escrever, dedico boa parte do meu tempo às crônicas.
  - (D) Como que surgindo do nada, um inseto acabou pousando em meu braço.
  - (E) Quando conferi melhor as imagens do retrato, dei com uma foto antiga de minha mãe.

**Atenção:** Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

#### Procurar o quê\*

*O que a gente procura muito e sempre não é isto nem aquilo. É outra coisa.*

*Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém o que estou procurando.*

*Mesmo que quisesse responder, eu não podia. Não sei o que procuro. Deve ser por isso mesmo que procuro.*

*Me chamam de bobo porque vivo olhando aqui e ali, nos ninhos, nos caramujos, nas panelas, nas folhas de bananeira, nas gretas do muro, nos espaços vazios.*

*Até agora não encontrei nada. Ou encontrei coisas que não eram a coisa procurada sem saber, e desejada.*

*Meu irmão diz que não tenho mesmo jeito, porque não sinto o prazer dos outros na água do açude, na comida, na manja, e procuro inventar um prazer que ninguém sentiu ainda.*

*Ele tem experiência de mato e de cidade, sabe explorar os mundos, as horas. Eu tropeço no possível e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível.*

*Um dia descubro. Vai ser fácil, existente, de pegar na mão e sentir. Não sei o que é. Não imagino forma, cor, tamanho. Nesse dia vou rir de todos.*

*Ou não. A coisa que me espera, não poderei mostrar a ninguém. Há de ser invisível para todo mundo, menos para mim, que de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder.*

\* Este poema em prosa é de Carlos Drummond de Andrade, e consta do livro **Esquecer para lembrar**, no qual o poeta se dedica a recordar experiências marcantes de sua infância. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 43.

15. Para o poeta, a ação de procurar
- (A) é representada como sua busca permanente de algo tão essencial quanto indeterminado.
  - (B) faz ver que a desesperança de encontrar o que ele busca afrouxa seus movimentos.
  - (C) ocorre com tão precisa determinação que não há incerteza quanto ao sucesso dela.
  - (D) se revela como o movimento efêmero e caprichoso de um jogo sem claro objetivo.
  - (E) se apresenta como uma investigação sua voltada a cada dia para um singular objeto.



16. O menino mantém sua busca em alta intensidade, não acatando as sugestões dos companheiros.  
Transpondo a frase acima para a voz passiva, seus verbos assumem as seguintes formas:
- (A) seria mantida – não mais as acataria
  - (B) é mantida – não sendo acatadas
  - (C) sendo mantida – sem mais as acatar
  - (D) tem mantido – não tendo acatado
  - (E) estará mantendo – deixando de acatar
- 
17. Na relação que o menino mantém com um irmão e outros observadores de sua conduta,
- (A) fica claro que ele se sente menos aquinhoado pelo prazer de viver, quando se compara com seus alegres companheiros.
  - (B) parece-lhe natural que os demais meninos se sintam moralmente inferiores a alguém que vive a desafiar os enigmas.
  - (C) fica evidente a estranheza que todos sentem por ele se dedicar a uma obsessão que consideram tola e inexplicável.
  - (D) ele considera não ver sentido algum nas atividades a que se dedicam todos os seus companheiros de infância.
  - (E) ele acredita que apenas seu irmão seja capaz de equiparar o prazer das atividades físicas com o de uma busca obsessiva.
- 
18. No contexto do poema, ao afirmar que *de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder*, o menino deixa claro
- (A) o seu mérito de poder esconder algo que não era afinal seu objeto de busca.
  - (B) seu prazer em adiar um compartilhamento que dará tanta satisfação a todos.
  - (C) haver por fim encontrado o que buscou, triunfando agora sobre quem o censurara.
  - (D) estar conformado com a impossibilidade de reconhecer a forma do que buscava.
  - (E) estar certo do mérito da busca incansável e do alto valor do que possa vir a encontrar.
- 
19. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Faltava a todos os locais e cantos pesquisados a surpresa que o menino teria caso desse ali pelo que buscava.
  - (B) Há coisas que a ninguém importariam não encontrar, dada a pouca importância que ganham em sua busca.
  - (C) A quem poderia espantar buscas tão incompreensivas, senão aos meninos que cultivam os prazeres físicos da infância?
  - (D) São nas insistências pessoais que se delinea a personalidade dos meninos obcecados e dos poetas renitentes.
  - (E) Juntam-se aos prazeres do menino em sua busca obsessiva a satisfação de uma possível vitória final.
- 
20. Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém  
A frase acima conservará seu sentido e sua correção caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por
- (A) Mesmo que me perguntem – conquanto pouco lhes dirá
  - (B) Ainda que perguntem – a fim de não lhes dar satisfação
  - (C) Caso me perguntem – porquanto a ninguém diz respeito
  - (D) Uma vez ao perguntarem – desde que a ninguém lhe compete
  - (E) Dado que me perguntem – em vista de não o interessar
- 

#### Noções de Legislação

21. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça,
- (A) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
  - (B) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
  - (C) que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
  - (D) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
  - (E) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que o preside, ambos como membros natos, e por nove Procuradores de Justiça, eleitos pelos integrantes da carreira, com os seus respectivos suplentes, também Procuradores de Justiça.
-



22. Considere as situações dos seguintes servidores públicos estáveis:
- I. Gabriela sofreu limitação em sua capacidade física, verificada em inspeção médico-oficial, e foi investida em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a referida limitação.
  - II. Tatiana foi aposentada por invalidez, porém, por terem sido declarados insubsistentes os motivos da sua aposentadoria por junta médica oficial, retornou à atividade.
  - III. Lenara foi demitida, contudo, por ter sido a sua demissão invalidada por decisão judicial, ela foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado.
- Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), as situações supramencionadas correspondem, respectivamente, a
- (A) readaptação, reintegração e reversão.
  - (B) readaptação, reversão e reintegração.
  - (C) reintegração, readaptação e reversão.
  - (D) reintegração, reversão e readaptação.
  - (E) reversão, readaptação e reintegração.
- 
23. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), considere:
- I. É o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.
  - II. Compete a ele, como órgão de Administração Superior, dentre outras atribuições, decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.
  - III. Compete a ele, dentre outras atribuições, julgar recurso contra decisão condenatória em procedimento administrativo disciplinar.
- Os itens I, II e III referem-se, respectivamente, aos seguintes órgãos:
- (A) Corregedoria Geral do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público.
  - (B) Conselho Superior do Ministério Público, Colégio de Procuradores de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público.
  - (C) Corregedoria Geral do Ministério Público, Conselho Superior do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.
  - (D) Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público e Corregedoria Geral do Ministério Público.
  - (E) Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria Geral do Ministério Público e Colégio de Procuradores de Justiça.
- 
24. Em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o procedimento de impugnação do vitaliciamento de Promotor de Justiça em estágio probatório será instaurado e processado
- (A) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões à Corregedoria Geral do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
  - (B) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
  - (C) pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Colégio de Procuradores de Justiça, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.
  - (D) pela Corregedoria Geral do Ministério Público, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de trinta dias a contar do recebimento dos autos.
  - (E) pelo Colégio de Procuradores de Justiça, cabendo recurso das suas decisões ao Conselho Superior do Ministério Público, que as confirmará ou não, no prazo de quinze dias a contar do recebimento dos autos.
- 
25. No que concerne ao capítulo que trata das promoções e remoções na carreira do Ministério Público, em conformidade com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996),
- (A) as remoções dar-se-ão na mesma entrância ou categoria, podendo ser compulsórias, por interesse público e conveniência do serviço, e voluntárias, por antiguidade, merecimento ou permuta.
  - (B) o membro do Ministério Público da Comarca cuja entrância for elevada deixará de exercer, ali, as suas funções, mas, quando promovido, ressalvada a conveniência do serviço, nela continuará lotado, se o requerer no prazo de trinta dias.
  - (C) é proibida a permuta quando um dos interessados tenha mais de sessenta anos de idade, ou seja, o mais antigo na entrância, ou categoria, que possua mais de vinte e cinco anos de serviço.
  - (D) para a permuta e a remoção a pedido exige-se pelo menos três anos de efetivo exercício do cargo, excetuada, quanto à remoção, a hipótese de nenhum dos interessados preencher esse requisito.
  - (E) a remoção por permuta depende de pedido conjunto dos pretendentes, só pode ser renovada depois de cinco anos e confere direito a ajuda de custo.
- 
26. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição a concurso público para provimento de cargo cujas atribuições estejam aptas a exercer, sendo-lhes reservadas até
- (A) 5% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
  - (B) 15% das vagas oferecidas, sendo de 60 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da nomeação.
  - (C) 15% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
  - (D) 20% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
  - (E) 5% das vagas oferecidas, sendo de 30 dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.



27. Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), considere:
- I. A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços, exceto nos casos de reorganização de órgãos ou entidades.
  - II. Dar-se-á a remoção, a pedido, para outra localidade, independentemente de vaga, para acompanhar cônjuge ou companheiro ou dependente enfermo, condicionada à comprovação, por junta médica, da indispensabilidade da providência.
  - III. É vedada, em qualquer hipótese, a consignação em folha de pagamento de servidor público a favor de terceiros.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
- 
28. Bento é servidor público ocupante de cargo efetivo há 1 ano. Considerando somente as informações fornecidas, em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei nº 5.247/1991), a exoneração de Bento dar-se-á
- (A) apenas por falta de exaço no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
  - (B) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
  - (C) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, não perceberá nenhum tipo de gratificação.
  - (D) a juízo da autoridade competente, apenas, e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
  - (E) a pedido dele, ou ainda de ofício, neste caso se resultar apurada, em estágio probatório, sua inaptidão ao exercício do cargo e, exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercícios, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
- 
29. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002), são órgãos de administração superior
- (A) os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional, a Comissão de Concurso, a Coordenação de Estágios e as unidades de apoio técnico e administrativo.
  - (B) a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
  - (C) o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e as Promotorias de Justiça.
  - (D) as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.
  - (E) o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.
- 
30. Em conformidade com a lei que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei nº 6.306/2002),
- (A) a Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é órgão de assessoramento do Procurador-Geral, no tocante à superintendência administrativa que a ele compete, e será dirigida por profissional com formação de nível superior, nomeado pelo Conselho Superior do Ministério Público, de livre escolha e designação pelo Governador do Estado.
  - (B) a Assessoria de Gabinete é unidade de assessoramento imediato do Procurador-Geral de Justiça, relativamente às funções do gabinete deste, e compõe-se de dez auxiliares nomeados pelo Conselho Superior do Ministério Público.
  - (C) caberá à Coordenação de Estágios organizar, orientar, dirigir e supervisionar os estágios remunerados ofertados pelo Ministério Público, por período nunca superior a três anos, a universitários matriculados nos três últimos anos do Curso de Direito.
  - (D) à Comissão de Concurso cumpre a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo escolhida pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Procuradores de Justiça, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na sua composição.
  - (E) o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional é uma unidade de instrução submetida à regulamentação pelo Conselho Superior do Ministério Público, responsável pela realização de cursos de aperfeiçoamento funcional e outras atividades afins, objetivando o aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público, de seus auxiliares e funcionários.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Um Ministério Público Estadual mantém sistema de controle de procedimentos investigatórios, no qual um mesmo membro pode atuar em múltiplos procedimentos e cada procedimento pode ter diversos membros designados em períodos distintos, com necessidade de registrar datas de início e fim da designação. O modelo conceitual que representa corretamente essa situação é
- (A) uma entidade fraca `DESIGNACAO` dependente de `MEMBRO`, com chave parcial composta por `data_inicio` e `data_fim`.
  - (B) um atributo composto `periodo_designacao` armazenado na entidade `PROCEDIMENTO`, contendo `data_inicio` e `data_fim` para cada membro associado.
  - (C) um relacionamento `N:N` entre `MEMBRO` e `PROCEDIMENTO`, contendo os atributos `data_inicio` e `data_fim` associados ao próprio relacionamento.
  - (D) dois relacionamentos `1:N` independentes entre `MEMBRO` e `PROCEDIMENTO`, cada um representando uma data distinta de início e fim da designação.
  - (E) um atributo multivalorado `datas_designacao` na entidade `MEMBRO`, armazenando os períodos de atuação em cada procedimento.
- 
32. Considerando que um Ministério Público Estadual implementou autenticação federada por meio de *OpenID Connect* para unificar acesso aos sistemas administrativos e processuais, exigindo validação criptográfica da identidade do usuário autenticado antes da autorização nas aplicações cliente, o artefato que corresponde à prova verificável de autenticação no *OpenID Connect* (OIDC) é um
- (A) *Authorization Code* temporário retornado pelo *endpoint* de autorização para troca por *tokens* no *endpoint* de *token*.
  - (B) conjunto de *claims* retornadas pelo *UserInfo Endpoint* contendo atributos do usuário autenticado.
  - (C) *Access Token* emitido pelo *Authorization Server*, para acesso a recursos protegidos nas APIs da aplicação cliente.
  - (D) *Refresh Token* emitido para obtenção de *tokens* de acesso ausentado a necessidade de nova autenticação do usuário.
  - (E) *ID Token* estruturado como JSON Web Token assinado pelo Provedor de Identidade.
- 
33. Um Ministério Público Estadual (MPE) passou a exigir autenticação multifator para acesso remoto à rede institucional através de uma VPN, combinando credenciais corporativas e um segundo fator resistente a ataques de *phishing* e reutilização de código. Nesse caso, o mecanismo que melhor atende ao requisito de segundo fator resistente a *phishing* e reutilização de código é
- (A) o envio de *link* de confirmação por e-mail institucional de maneira a atuar como um reforço na autenticação.
  - (B) uma notificação *push* com verificação do estado da transação por *checksum* ou *hash* criptográfico.
  - (C) um código OTP para ser enviado por SMS ao número cadastrado vinculado a um membro da empresa.
  - (D) um *token* TOTP para ser gerado por aplicativo autenticador baseado em segredo compartilhado.
  - (E) um certificado digital armazenado em dispositivo criptográfico com validação por PIN local.
- 
34. O portal institucional de um Ministério Público Estadual publica um infográfico com dados estatísticos relevantes, contendo apenas o texto alternativo "Infográfico institucional". De acordo com a norma ABNT NBR 17225:2025, o requisito aplicável é o de texto descritivo
- (A) para imagens complexas, que sugere que as imagens complexas devem possuir texto alternativo que as identifica e ter descrição detalhada disponível na página (próximo à respectiva imagem) ou em outra página indicada.
  - (B) em imagens de texto, que sugere que as imagens de texto são essenciais e, por isso, devem possuir texto alternativo com o mesmo conteúdo; ou serem passíveis de customização de texto alternativo com o mesmo conteúdo.
  - (C) para imagens de conteúdo, que sugere que as imagens que transmitem informação ou conteúdo relevante devem possuir texto alternativo que descreve essa informação ou conteúdo.
  - (D) para imagens funcionais, que diz que as imagens funcionais devem possuir texto alternativo que descreve a funcionalidade do elemento.
  - (E) para imagens decorativas, que sugere que as imagens decorativas devem possuir texto alternativo aberto ou alguma implementação de outra forma, de modo que possam ser dispensadas por tecnologia assistiva.
- 
35. O portal institucional de um Ministério Público Estadual publica relatórios estatísticos em formato PDF. Parte desses documentos foram digitalizados como imagem, impedindo navegação estruturada por leitores de tela. A adequação que atende às exigências da WCAG 2.1 e do e-MAG para garantir acessibilidade documental é a
- (A) inserção de índice visual navegável na página HTML que referencia as páginas do conteúdo em PDF.
  - (B) publicação do conteúdo em PDF com assinatura digital certificada conforme definição da ICP-Brasil.
  - (C) disponibilização do conteúdo em PDF digitalizado acompanhado de descrição textual na página.
  - (D) conversão do conteúdo em PDF pesquisável com estrutura de marcação semântica (PDF tagueado).
  - (E) inclusão de mecanismo de *zoom* na interface da leitura do visualizador do conteúdo em PDF.



36. Em C#, ao gravar um arquivo em disco usando `FileStream`, a decisão técnica que garante a liberação determinística do recurso (*handle*), mesmo se ocorrer exceção durante a escrita, é
- (A) o armazenamento do `FileStream` em campo estático, reduzindo a necessidade de descarte frequente.
  - (B) o uso de `using (statement) com a instância de FileStream`, garantindo a chamada de `Dispose()` ao sair do bloco.
  - (C) a substituição do `FileStream` por `StreamReader`, mantendo o mesmo comportamento de descarte para escrita binária.
  - (D) a invocação explícita de `GC.Collect()` ao final do método, forçando a coleta e finalização do `FileStream`.
  - (E) o encapsulamento do `FileStream` em um `try` sem `finally`, mantendo a liberação pelo *runtime* ao retornar do método.
- 
37. Um Ministério Público Estadual tem posse de uma base de dados intitulada `processos`, criada no PostgreSQL 11+, em condições ideais, majoritariamente *append-only* nas quais são utilizados planos do tipo *index-only scan*. Contudo, ainda apresenta muitos *heap fetches* quando comandos são executados com `EXPLAIN (ANALYZE, BUFFERS)`. A ação operacional que tende a viabilizar a leitura somente pelo índice com maior consistência é
- (A) alterar o nível de isolamento para `REPEATABLE READ` na sessão de leitura, pois isso torna as tuplas implicitamente visíveis ao índice.
  - (B) forçar `enable_seqscan = off` na sessão, pois isso converte o plano em *index-only scan* evitando leituras no *heap*.
  - (C) ajustar `random_page_cost` para reduzir a penalidade de acesso aleatório e induzir o otimizador a evitar o *heap*.
  - (D) executar `VACUUM` (rotineiro/automático bem ajustado) para aumentar a marcação *all-visible* e reduzir a necessidade de visitar o *heap*.
  - (E) criar um índice B-tree com `INCLUDE` nas colunas projetadas, pois isso elimina a dependência de visibilidade de tuplas no *heap*.
- 
38. Um sistema de distribuição de um Ministério Público Estadual sofre bloqueios entre consultas de painel e atualizações de andamento. Com o objetivo de reduzir bloqueio leitor-escritor mantendo consistência por instrução, a configuração de concorrência que se alinha ao uso de *row versioning* no SQL Server 2019+ é
- (A) aplicar `UPDLOCK` nas consultas do painel para reduzir contenção com *writers* e estabilizar ordenação de acesso.
  - (B) habilitar `READ_COMMITTED_SNAPSHOT` para que `READ COMMITTED` use versionamento em vez de *locks* de leitura.
  - (C) desabilitar índices não clusterizados para reduzir *locks* de índice e manter *lock* no *heap/clustered*.
  - (D) forçar `WITH (NOLOCK)` nas consultas do painel para evitar bloqueios evitando alterar a configuração do banco.
  - (E) configurar `LOCK_TIMEOUT` baixo no painel para evitar bloqueios e garantir leituras completas.
- 
39. Um portal interno de um Ministério Público Estadual foi desenvolvido em React para análise de relatórios estatísticos, no qual componentes filhos memorizados com `React.memo` recebem funções anônimas como `props` em renderizações frequentes, ocasionando re-renderizações desnecessárias devido à mudança de referência das funções, mesmo quando os dados não se alteram. Nesse cenário, a técnica que mitiga o problema ao estabilizar a referência das funções sem comprometer a consistência do estado é
- (A) envolver as funções passadas como `props` com `useCallback`, definindo corretamente suas dependências.
  - (B) remover as dependências do `array` de `useEffect`, evitando novas execuções e alterações nas variáveis utilizadas.
  - (C) declarar as funções dentro do JSX para evitar a recriação de funções fora do escopo do componente.
  - (D) converter funções para classes com `PureComponent`, mantendo a passagem de funções anônimas como `props`.
  - (E) utilizar `useEffect` para encapsular a declaração das funções, mantendo a forma como são recriadas a cada renderização.
- 
40. Diante de um módulo de um Ministério Público Estadual que grava movimentações processuais em banco relacional com picos de falhas transitórias de conexão, usando `Entity Framework Core` com estratégia de execução (*retries*) habilitada, e da necessidade de garantir atomicidade em múltiplas operações, a abordagem compatível com *retries* e transação é
- (A) usar `AsNoTracking()` nas consultas, entendendo que reduzir o rastreamento de entidades diminuiria conflitos transacionais e facilitaria a repetição das operações em caso de falha.
  - (B) desabilitar a estratégia de execução lenta de (*retries*) e manter transações manuais, assumindo que o controle explícito de `BeginTransaction()` e `Commit()` evita a repetição automática de comandos em caso de falha transitória.
  - (C) executar o bloco transacional por meio da própria estratégia de execução (ex, `Execute/ExecuteAsync`) para que o conjunto seja repetível.
  - (D) manter a transação manual e envolver o `SaveChanges()` em um `try/catch`, repetindo seletivamente a persistência final para não duplicar comandos intermediários.
  - (E) configurar o `DbContext` como `singleton` e manter a transação por mais tempo, buscando reduzir reaberturas de conexão e minimizar falhas transitórias durante múltiplas operações.



41. Uma organização implantou uma arquitetura baseada em microsserviços executando em contêineres Kubernetes. Para garantir alta disponibilidade e rápida identificação de incidentes, a equipe de DevOps implementou uma solução de monitoramento com Prometheus e Grafana. Durante uma reunião técnica, discutiu-se a necessidade de distinguir claramente as responsabilidades de cada ferramenta no contexto de observabilidade da aplicação, especialmente quanto à coleta de métricas, armazenamento de séries temporais, definição de alertas e visualização de dados operacionais. Nesse cenário, a distinção tecnicamente correta entre as funções do Prometheus e do Grafana é que o
- (A) Prometheus e o Grafana possuem funções idênticas, diferenciando-se pela interface gráfica e pelo modelo de licenciamento.
  - (B) Prometheus realiza coleta e armazenamento de métricas em séries temporais e pode definir regras de alerta, enquanto o Grafana é utilizado para visualização e construção de *dashboards*.
  - (C) Prometheus é responsável pela visualização gráfica das métricas coletadas, enquanto o Grafana realiza a coleta ativa e o armazenamento das séries temporais.
  - (D) Prometheus é utilizado para armazenamento de *logs* estruturados e rastreamento distribuído, enquanto o Grafana executa consultas SQL nos bancos relacionais da aplicação.
  - (E) Grafana executa *scraping* periódico dos *endpoints* HTTP das aplicações para armazenar métricas, enquanto o Prometheus consome esses dados para geração de gráficos.
- 
42. Uma equipe de desenvolvimento implementou a integração entre o sistema interno de gestão de protocolos e uma API externa responsável pelo cadastro e atualização de dados de cidadãos. A aplicação cliente realiza requisições HTTP utilizando exclusivamente o método POST para todas as operações, inclusive consultas, envia no corpo da requisição um campo denominado *acao* para indicar o tipo de operação e recebe respostas em formato JSON contendo apenas mensagens genéricas de sucesso ou erro. Durante revisão arquitetural, foi solicitado que a integração evoluísse para maior aderência ao estilo arquitetural REST. À luz dos princípios do padrão REST, a adequação arquitetural exige que
- (A) a lógica de controle de fluxo das operações seja transferida para o cliente consumidor, mantendo o servidor como intermediador de dados.
  - (B) o método POST seja mantido nas operações, desde que a estrutura da mensagem JSON contenha atributos descritivos suficientes para cada ação executada.
  - (C) as operações passem a ser modeladas como recursos identificáveis por URI, utilizando corretamente os métodos HTTP conforme sua semântica e mantendo comunicação *stateless*.
  - (D) as operações permaneçam concentradas em um único *endpoint*, desde que o corpo da requisição contenha indicação explícita da ação desejada.
  - (E) a API priorize padronização do JSON como principal requisito de integração, tratando a organização de recursos e a semântica HTTP como aspectos secundários.
- 
43. Em uma equipe de desenvolvimento que adota o modelo GitFlow para organização do versionamento, o desenvolvedor finalizou a implementação de uma nova funcionalidade na *branch* `feature/login-social`, criada a partir da *branch* `develop`. Após a conclusão dos testes locais e validação do código, ele precisa integrar essa funcionalidade ao fluxo principal de desenvolvimento, garantindo que a *branch* de origem seja incorporada corretamente à `develop`, preservando o histórico e registrando o *merge* como etapa concluída do ciclo da *feature*. Nessa situação, a ação correta para realizar a integração conforme a prática recomendada do GitFlow é
- (A) `git branch -d feature/login-social && git checkout develop`
  - (B) `git pull origin develop --rebase feature/login-social`
  - (C) `git merge develop feature/login-social`
  - (D) `git rebase develop feature/login-social`
  - (E) `git checkout develop && git merge feature/login-social`
- 
44. Uma equipe de desenvolvimento mantém uma aplicação *web* containerizada e versionada em um repositório Git hospedado no GitHub. A equipe deseja implementar uma prática de Integração Contínua e Entrega Contínua (CI/CD) para que, a cada *push* realizado na *branch* `main`, sejam executados automaticamente: (i) *build* da imagem Docker, (ii) execução de testes automatizados e (iii) publicação da imagem validada em um *registry*, com posterior *deploy* em ambiente de homologação. Considerando o uso de GitHub Actions ou GitLab CI como ferramentas de automação, a abordagem tecnicamente adequada para implementar esse fluxo é
- (A) executar periodicamente um comando `docker build` em servidor dedicado, observando eventos de versionamento no repositório.
  - (B) configurar um ambiente de homologação permanente com atualização manual da aplicação em situações que o time considerar que a versão está estável.
  - (C) configurar um *script* local de *build* e testes executado manualmente pelo desenvolvedor antes de cada *commit*, mantendo o repositório como armazenamento de código-fonte.
  - (D) definir um arquivo de *pipeline* declarativo no repositório, como `.github/workflows/ci.yml` ou `.gitlab-ci.yml`, descrevendo *jobs* automatizados.
  - (E) habilitar *webhooks* no repositório para notificar desenvolvedores sobre novos *commits*, delegando a execução de *build* e testes a cada membro da equipe.



45. No âmbito de um Ministério Público Estadual, a equipe de Tecnologia da Informação desenvolveu um sistema eletrônico para gestão de denúncias recebidas pela Ouvidoria. Após seis meses de operação, a Procuradoria-Geral solicitou a elaboração de parecer técnico avaliando a conformidade do sistema com requisitos institucionais previamente definidos. Durante a análise, verificou-se que o sistema não possui trilha de auditoria detalhada sobre alterações realizadas nos registros nem mecanismo formal de controle de versionamento das modificações efetuadas pelos usuários internos. À luz das atribuições institucionais e do papel do setor técnico no assessoramento ao Ministério Público Estadual, a conclusão tecnicamente fundamentada que deve integrar o parecer é que
- (A) o parecer deve concentrar-se na descrição funcional do sistema, sendo o posicionamento conclusivo sobre conformidade institucional designado a outra área.
  - (B) eventuais lacunas técnicas devem ser tratadas pela equipe de desenvolvimento e priorizadas frente ao registro formal no parecer encaminhado à administração superior.
  - (C) a inexistência de controle de versionamento compromete a rastreabilidade e a integridade das informações, exigindo recomendações técnicas para adequação do sistema.
  - (D) o sistema atende aos requisitos institucionais do Ministério Público Estadual, pois implementa a autenticação e o registro de *logs* do sistema.
  - (E) a ausência de trilha de auditoria pode ser compensada por *backups* periódicos priorizando o ajuste estrutural no sistema em segundo plano.
- 
46. Uma Secretaria Estadual de Saúde implantou um sistema de apoio à decisão para triagem automática da prioridade das solicitações de exames especializados recebidas por meio do portal eletrônico do cidadão. A base histórica disponível contém milhares de solicitações já analisadas por médicos reguladores, devidamente rotuladas conforme o grau de prioridade atribuído à época. A equipe técnica pretende prever automaticamente a categoria de novas solicitações, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a eficiência e assertividade da urgência no contexto do atendimento público.
- Diante dos fundamentos de Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, a abordagem adequada para resolver o problema descrito é
- (A) treinar um modelo de classificação supervisionada utilizando os dados históricos rotulados para prever a categoria de prioridade das novas solicitações.
  - (B) aplicar um método de redução de dimensionalidade para identificar padrões ocultos e, isoladamente, determinar a prioridade do atendimento.
  - (C) aplicar um algoritmo de clusterização não supervisionada para agrupar solicitações semelhantes e, posteriormente, definir manualmente as prioridades.
  - (D) utilizar um modelo de regressão linear para estimar o tempo de espera do paciente e, a partir disso, inferir a prioridade clínica.
  - (E) empregar técnicas de aprendizado por reforço para que o sistema aprenda a priorizar casos com base em recompensas associadas ao tempo de atendimento.
- 
47. Um órgão público implementou um sistema contendo Inteligência Artificial para auxiliar na análise de concessão de benefícios sociais. Após a implantação, surgiram questionamentos de cidadãos sobre os critérios utilizados pelo sistema para indeferir solicitações, bem como preocupações relacionadas à proteção de dados pessoais e à possibilidade de discriminação indireta. À luz dos princípios básicos de uso responsável de IA, a conduta tecnicamente condizente para o órgão público é
- (A) utilizar dados públicos abertos, eliminando a necessidade de preocupação relacionada com a privacidade ou vieses no sistema.
  - (B) substituir a análise humana pelas decisões automatizadas do modelo, evitando situações de interferência subjetiva durante o processo.
  - (C) manter o modelo em sigilo para preservar a segurança do algoritmo e evitar que os cidadãos questionem as decisões automatizadas.
  - (D) disponibilizar explicações compreensíveis sobre os critérios de decisão do sistema e adotar medidas de proteção de dados pessoais.
  - (E) permitir acesso ao código-fonte do modelo e aos dados pessoais utilizados no treinamento, garantindo transparência operacional.
- 
48. Um desenvolvedor de sistemas está configurando um ambiente de homologação para uma aplicação *web* que deve ser acessada de forma segura por uma equipe distribuída geograficamente. A aplicação utiliza o protocolo HTTPS no servidor de aplicação, mas o banco de dados está em uma sub-rede privada que não deve ser exposta à internet.
- Considerando os conceitos de redes e infraestrutura, a configuração tecnicamente correta para esse cenário é:
- (A) O desenvolvedor deve configurar o roteador para realizar um *Port Forwarding* da porta 443 diretamente para a porta padrão do banco de dados (ex: 3306 ou 5432) para garantir o acesso remoto ao banco de dados sem expô-lo.
  - (B) A equipe deve utilizar uma VPN para estabelecer um túnel criptografado com a rede interna, permitindo o acesso ao banco de dados e ao ambiente via IPs privados, enquanto o servidor *web* utiliza o certificado SSL/TLS para cifrar os dados na porta 443.
  - (C) O endereçamento IP público deve ser atribuído individualmente a cada instância do banco de dados na sub-rede privada, e a comunicação entre o *frontend* e o *backend* deve ocorrer via portas abaixo de 1024 para evitar ataques de negação de serviço.
  - (D) O servidor *web* deve escutar na porta 80 para garantir o tráfego HTTPS, enquanto a equipe deve utilizar um endereço IP de *Loopback* (127.0.0.1) para acessar o banco de dados remoto.
  - (E) O uso de HTTP é preferível em ambientes de homologação para evitar a sobrecarga de processamento do endereçamento IPv6, sendo que o acesso remoto dos servidores deve ser feito via redes VPN SSL.



49. O Ministério Público de um estado brasileiro migrou um sistema de consulta processual para o Cloud Run da Google Cloud Platform. A aplicação apresenta variação de demanda, com picos de acesso em horários comerciais e baixa utilização durante a madrugada. A equipe de tecnologia busca compreender o comportamento de escalonamento automático desse serviço para assegurar a disponibilidade e a otimização de custos.
- Considerando as características de escalonamento do Cloud Run, o comportamento padrão desse serviço ocorre quando a plataforma
- (A) encerra os processos da instância no exato instante em que uma solicitação é finalizada, impedindo a reutilização da mesma instância para requisições subsequentes.
  - (B) exige a configuração prévia de um número fixo de instâncias para operação em horários de pico, sendo o escalonamento para baixo realizado mediante agendamento manual.
  - (C) considera a utilização da largura de banda ou latência da rede para a criação de novas instâncias da revisão.
  - (D) interrompe o recebimento de novas solicitações imediatamente ao atingir o limite máximo de instâncias, o que impossibilita a retenção em fila de espera.
  - (E) ajusta o número de instâncias conforme a necessidade de processamento das solicitações e, na ausência de tráfego, realiza o redimensionamento para zero instâncias.
- 
50. Uma equipe de desenvolvimento de sistemas do Ministério Público está projetando um novo sistema de gestão de processos que envolverá o tratamento de dados pessoais de cidadãos e servidores. Durante a fase de especificação, a equipe busca garantir que o sistema atenda aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) desde a sua concepção.
- Considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), no desenvolvimento do sistema, o
- (A) princípio da qualidade dos dados estabelece que os dados pessoais devem ser mantidos anonimizados de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade do tratamento.
  - (B) princípio da necessidade determina que o tratamento de dados pessoais deve ser limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
  - (C) princípio da finalidade permite que os dados pessoais coletados sejam posteriormente utilizados para finalidades diferentes daquelas informadas ao titular, desde que haja interesse público justificado.
  - (D) tratamento de dados pessoais sensíveis, como dados biométricos para controle de acesso, dispensa o consentimento do titular quando utilizado para segurança institucional.
  - (E) princípio da adequação exige que o tratamento seja compatível com as finalidades informadas ao titular, mas permite que os dados sejam repassados a terceiros de acordo com a política de segurança de órgãos públicos.
- 
51. Um desenvolvedor está avaliando diferentes metodologias de desenvolvimento seguro para adotar em projeto de um Ministério Público. Durante a pesquisa, ele encontra referências sobre o CLASP e suas características. Sobre uma característica deste processo de desenvolvimento seguro, o desenvolvedor conclui que o CLASP é um
- (A) método sistemático e detalhado para execução das atividades, com especificações passo a passo e forte ênfase em métricas de progresso e qualidade.
  - (B) modelo teórico sem documentação pública e sem recursos práticos, utilizado como ferramenta de apoio para implementação pelas equipes de desenvolvimento.
  - (C) *framework* que concentra suas atividades nas fases de teste e validação de *software*, com foco na identificação de vulnerabilidades ao final do desenvolvimento.
  - (D) conjunto de princípios organizado em cinco "Visões" (*Views*) que permitem visualizar as atividades de segurança sob diferentes perspectivas organizacionais e técnicas.
  - (E) processo rigoroso e altamente estruturado, recomendado para grandes corporações, com 5 atividades que devem ser executadas obrigatoriamente em ordem predefinida.
- 
52. O Ministério Público de um estado brasileiro está modernizando seus sistemas de TI. A nova arquitetura de *software* será baseada em microsserviços hospedados na AWS e exigirá diferentes estratégias de comunicação assíncrona entre os componentes. A equipe identificou os seguintes requisitos:
- I. Ingestão de dados em tempo real: As denúncias precisam ser ingeridas continuamente e em grande volume para análise posterior (*Streaming*).
  - II. Notificações *fan-out*: Alertas críticos devem ser enviados via SMS, *e-mail* e *push* (Múltiplos protocolos).
  - III. Compatibilidade legada: Sistemas Java que utilizam o padrão JMS devem ser integrados sem modificações significativas no código.
- Considerando os serviços da AWS, atendem aos requisitos I, II e III, respectivamente:
- (A) Amazon Kinesis, Amazon SNS e Amazon MQ.
  - (B) Amazon Kinesis, Amazon SQS e Amazon MQ.
  - (C) Amazon SQS, Amazon SNS e Amazon MQ.
  - (D) Amazon SNS, Amazon Kinesis e Amazon MQ.
  - (E) Amazon MQ, Amazon Kinesis e Amazon SNS.



53. Uma equipe de desenvolvimento de sistemas de um órgão público pretende modernizar seu ambiente sistêmico, atualmente baseado em uma estrutura cliente-servidor saturada. A nova solução deve permitir o desacoplamento de funcionalidades críticas, facilitar a integração com órgãos externos via protocolos padronizados e garantir que falhas em módulos específicos não paralise o trâmite processual completo, por meio de uma estratégia técnica que atenda aos requisitos de escalabilidade e integração institucional, que é:
- (A) Evolução para uma arquitetura de microsserviços com bancos de dados independentes, utilizando princípios de SOA para a interoperabilidade com sistemas externos e mantendo camadas lógicas para a organização dos serviços internos.
  - (B) Manutenção da arquitetura cliente-servidor para os sistemas legados e adoção de multicamadas para os novos módulos, centralizando a orquestração de processos no servidor de aplicação para minimizar a latência de rede entre as unidades.
  - (C) Transição para arquitetura multicamadas com foco na separação lógica entre apresentação e persistência, utilizando o modelo SOA para gerenciar a comunicação síncrona entre os módulos internos via barramento de serviços centralizado.
  - (D) Implementação de uma arquitetura orientada a serviços para substituir o modelo cliente-servidor, mantendo a lógica de negócio concentrada em um único repositório de dados para evitar a fragmentação da integridade referencial.
  - (E) Migração da estrutura cliente-servidor para um modelo de microsserviços onde cada componente compartilha a camada de persistência, garantindo a performance nas consultas complexas e a simplicidade na manutenção do código.
- 
54. Durante o desenvolvimento de um novo sistema de peticionamento eletrônico, é necessário alinhar o fluxo de trabalho aos processos da ISO/IEC/IEEE 12207:2021. A equipe técnica deve garantir que a transição entre a definição da arquitetura e a integração dos componentes ocorra de forma a manter a rastreabilidade e a qualidade sistêmica sob uma governança estruturada e deve considerar a aplicação correta dos processos dessa norma por meio da seguinte abordagem técnica:
- (A) Aplicação do desenvolvimento de protótipos nos processos de infraestrutura, priorizando a estabilidade do ambiente de testes conforme as diretrizes de conformidade estabelecidas para o portfólio institucional.
  - (B) Execução dos testes unitários nos processos de gestão organizacional, visando atestar que o produto de *software* cumpre as especificações de negócio antes de sua integração com os sistemas legados do órgão.
  - (C) Integração da engenharia de requisitos aos processos de realização técnica, focando na definição da arquitetura, implementação dos módulos e verificação sistemática durante o ciclo de vida do *software*.
  - (D) Alocação da análise de domínio nos processos de gestão técnica, estabelecendo que o controle de versão e a auditoria de configuração ocorram de forma transversal durante o processo de transição operacional.
  - (E) Enquadramento das rotinas de refatoração nos processos de manutenção, garantindo que a validação dos requisitos não funcionais seja realizada durante a fase de aceitação formal por parte dos usuários.
- 
55. Os analistas de um órgão público buscam transicionar seu modelo de desenvolvimento para uma estrutura ágil escalonada, visando integrar as equipes de novos produtos com as de suporte e manutenção. A nova abordagem deve cobrir desde a concepção estratégica até a sustentação em produção, mantendo a clareza sobre os papéis de liderança e a sincronia de entrega em larga escala mediante a aplicação correta de processos e metodologias no ciclo de vida completo. A abordagem correta, nesse caso, é a
- (A) aplicação do Scrum Guide 2020 para o desenvolvimento de novos sistemas, delegando a gestão do *backlog* de manutenção ao *Scrum Master* e utilizando o Kanban para definir as metas da *Sprint* e o planejamento do incremento.
  - (B) estruturação do fluxo via XP (*Extreme Programming*) para todas as etapas, adotando o papel de *System Architect* do SAFe como responsável direto pela priorização do *backlog* de suporte e pela execução do planejamento em cascata.
  - (C) adoção do modelo Cascata para as fases de concepção e análise, migrando para o *Scrum* durante a implementação, com foco no papel do *Product Owner* para gerenciar o suporte e os *Service Request* após a entrega final.
  - (D) implementação do Scrum para o desenvolvimento, utilizando o SAFe 6.0 para o alinhamento organizacional e o *Kanban* para o fluxo de suporte e manutenção, visando garantir a governança do *Release Train Engineer* nos ciclos de entrega.
  - (E) utilização do RUP como *framework* de governança para as etapas de projeto e construção, integrando práticas de XP (*Extreme Programming*) na sustentação técnica para otimizar as janelas de manutenção corretiva e preventiva.
- 
56. Um Ministério Público está modelando o processo de "Recebimento de Notícia de Fato". O fluxo envolve a triagem automática, a análise do promotor em uma raia distinta e a comunicação externa com órgãos de perícia. A modelagem deve representar corretamente o desvio do fluxo caso um prazo de resposta seja atingido, a execução de tarefas em paralelo sem dependência de ordem e a troca de informações entre diferentes *pools* (organizações). A combinação de elementos da notação BPMN que atende tecnicamente a esses requisitos é a utilização de:
- (A) *Gateway* Inclusivo para decisões binárias, Evento de Erro para monitorar o cronômetro de análise e Objetos de Dados para conectar o fluxo de controle entre raias de diferentes departamentos.
  - (B) *Gateway* Paralelo para tarefas simultâneas, Evento de Tempo de Fronteira (*Timer Boundary Event*) para o estouro de prazo e Fluxo de Mensagem para a comunicação entre *pools* distintos.
  - (C) *Gateway* Exclusivo para o paralelismo, Evento de Mensagem Intermediário para o controle de prazos e Fluxo de Sequência para representar a interação entre o *pool* do Ministério Público e o *pool* dos Órgãos Periciais.
  - (D) *Gateway* Complexo para a triagem, Evento de Sinal para interrupção por tempo e Fluxo de Associação para descrever a transferência de documentos entre as raias do Promotor e do Assessor Jurídico.
  - (E) Atividades de Subprocesso para o paralelismo, Evento de Término para o controle de alertas de atraso e Fluxo de Sequência para validar a interoperabilidade entre o MP e sistemas externos.



57. Um órgão público planeja substituir seu *data center* local por uma infraestrutura em nuvem pública para o sistema de processos digitais. A gestão exige uma análise que contemple a redução de custos ocultos de manutenção, o impacto da mudança de modelo de aquisição de ativos para contratação de serviços e a implementação de uma cultura de responsabilidade fiscal sobre o consumo variável de recursos computacionais. A estratégia financeira que reflete a aplicação correta desses conceitos na governança de TI é:
- (A) Priorização do modelo OPEX para a compra de licenças perpétuas de software, aplicando o ROI para mensurar a depreciação do hardware local e o FinOps para centralizar o controle de gastos no departamento financeiro.
  - (B) Uso do CAPEX para o pagamento mensal de serviços de nuvem, focando no TCO para eliminar despesas operacionais variáveis e no ROI para atestar a eficiência energética dos novos servidores virtuais contratados.
  - (C) Foco no cálculo do ROI para justificar a aquisição de novos servidores físicos, priorizando o modelo CAPEX para diluir os custos de licenciamento e suporte técnico ao longo do ciclo de vida útil do hardware do órgão.
  - (D) Aplicação do TCO para mensurar o valor residual dos ativos de rede, utilizando o modelo OPEX para financiar a compra de infraestrutura própria e o FinOps para garantir o retorno sobre o investimento em curto prazo.
  - (E) Utilização do TCO para identificar custos diretos e indiretos, transição do modelo CAPEX para OPEX e adoção de práticas de FinOps para promover a visibilidade e a otimização de custos no ambiente de nuvem.
- 
58. Para desenvolver um módulo de notificações processuais conforme o perfil do réu, o sistema deve atender aos seguintes requisitos:
- I. Instanciar diferentes tipos de alertas (*e-mail*, SMS, Push), permitindo a inclusão de novos tipos sem alteração do código existente;
  - II. Garantir que o registrador de *logs* possua uma única instância global;
  - III. Notificar automaticamente os objetos interessados sempre que o *status* de um processo for alterado.
- Considerando os padrões de projeto GoF, apresenta a combinação correta e respectiva de padrões para atender a esses requisitos:
- (A) *Factory Method*, *Proxy* e *Chain of Responsibility*.
  - (B) *Factory Method*, *Singleton* e *Observer*.
  - (C) *Prototype*, *Bridge* e *Strategy*.
  - (D) *Builder*, *Facade* e *State*.
  - (E) *Abstract Factory*, *Adapter* e *Command*.
- 
59. Para implementar um novo sistema de gestão de precatórios que exige alto alinhamento entre as metas estratégicas e a operação de TI, a solução deve contemplar a definição de objetivos de governança, o foco na cocriação de valor através de fluxos de serviço e a gestão de entregas baseada em princípios e domínios de desempenho, garantindo a entrega contínua de benefícios. O conjunto de práticas e domínios que atende a tais requisitos é:
- (A) Definição de fatores de desenho no COBIT 2019, aplicação das dimensões de gestão de serviços do ITIL v4 e uso das ferramentas de controle de qualidade do PMBOK 7ª edição para monitorar a infraestrutura das comarcas.
  - (B) Uso do *framework* de processos do COBIT 2019, adoção dos grupos de processos de iniciação e planejamento do ITIL v4 e foco no gerenciamento de escopo e riscos operacionais conforme as diretrizes do PMBOK 7ª edição.
  - (C) Utilização do COBIT 2019 para cascatear os objetivos de governança em metas de gestão, adoção do Sistema de Valor de Serviço do ITIL v4 e aplicação dos princípios de entrega e domínios de desempenho do PMBOK 7ª edição.
  - (D) Implementação do Modelo de Capacidade do COBIT 2019, foco nas sete práticas básicas de suporte do ITIL v4 e adoção do ciclo de vida em cascata previsto no PMBOK 7ª edição para garantir a previsibilidade do cronograma de TI.
  - (E) Aplicação dos domínios de governança do COBIT 2019, uso do Gerenciamento de Configuração do ITIL v4 e priorização das áreas de conhecimento técnico do PMBOK 7ª edição para estruturar a integração de sistemas externos.
- 
60. Um Ministério Público está revisando o catálogo de serviços de TI para assegurar a continuidade das petições eletrônicas em todas as comarcas. A gestão exige que os compromissos de desempenho sejam mensuráveis, reflitam as necessidades dos promotores e estejam formalmente vinculados às capacidades das equipes internas e dos fornecedores de infraestrutura de nuvem. Para tanto, o arranjo técnico que estabelece a estrutura correta de Gestão de Nível de Serviço para esse cenário é:
- (A) Estabelecimento de um catálogo de serviços focado em requisitos técnicos de hardware, onde os SLAs são definidos pelos tempos de *backup* e redundância de dados para evitar a interrupção das consultas em períodos de pico.
  - (B) Elaboração de Termos de Referência detalhando as métricas de latência e *throughput*, utilizando o monitoramento em tempo real para ajustar as metas de desempenho conforme a demanda sazonal das promotorias de justiça estaduais.
  - (C) Definição de metas e SLAs de disponibilidade baseadas na média histórica de incidentes, utilizando métricas de tempo de resposta para priorizar o atendimento de chamados críticos e garantir a satisfação dos usuários finais do órgão.
  - (D) Criação de indicadores de desempenho voltados para a infraestrutura, estabelecendo punições contratuais para o descumprimento de prazos de manutenção e vinculando a restauração do serviço ao tempo médio de reparo.
  - (E) Implementação de Acordos de Nível de Serviço com os usuários, suportados por Acordos de Nível Operacional entre as equipes internas e Contratos de Apoio com os fornecedores externos de tecnologia.

